

MINUTA ATA DA 33ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS REALIZADA NO AUDITÓRIO DO HOTEL ESMERALDA EM NATAL/RN.

Data: 19 e 20/04/2004

Início: 9:00 h DO DIA 19 e Término: 12:00 h do dia 20/04/2004

MEMBROS PARTICIPANTES:

1 – Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT

Dr. Sanderson Alberto Medeiros Leitão (sanleitao@mct.gov.br)

2- Ministério do Meio Ambiente - MMA - SRH

Dr.^a Francis Priscilla Vargas Hager (fpriscilla@cnrh-srh.gov.br)

3- Ministério da Saúde - MS

Ausência

4- Ministério de Minas e Energia - MME

Dr. Marcelo Jorge Medeiros (marcelo@df.cprm.gov.br)

5- Ministério do Meio Ambiente – MMA - ANA

Dr. Fernando Roberto de Oliveira (fernando@ana.gov.br)

6- Ministério da Defesa - MD

Ausência

7- Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA

Dr. Robson de Macedo Vieira (robsonmacedo@agricultura.gov.br)

8- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo

Dr.^a Maria Luiza Silva Ramos (malu@igam.mg.gov.br)

9- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Goiás/Distrito Federal

Dr. Luiz Antonio Barbosa (luisgeo@ig.com.br)

10- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Rio Grande do Norte/Alagoas

Dr.^a Vera Lucia Lopes de Castro (veracastro@rn.gov.br) (vcastro.nat@terra.com.br)

11- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Paraná/Mato Grosso

Dr. Everton Luiz da Costa Souza (veto@br.gov.br) (villanisouza@br.turbo.com.br)

12- Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro

Dr. Elcio Linhares Silveira (elciols@daee.sp.gov.br)

13- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Dr. João Carlos Simanke de Souza (jsimanke@sabesp.com.br) (jsimanke@terra.com.br)

14- Indústrias

Dr. Euzimar Augusto da Rocha Rosado (euzimar@samarco.com)

15 Pescadores e Usuários da Água para o Lazer e Turismo

Dr. Cristiano Adolfo Torres Sampaio (cristianot@ctbctelecom.net.br)

16- Comitês, Consórcios e Associação Intermunicipal das Bacias

Ausência

17- Organizações não Governamentais

Dr. Kalazans Bezerra (kalazans@digi.com.br)

CONVIDADOS:

Dr. Carlos Pedroza de Andrade - Representante da ABINAM - Associação Brasileira das Indústrias de Água Mineral (pedrozadeandrade@terra.com.br)

Dr. Emanuel Teixeira de Queiroz (emanuel@dnpm.gov.br)

Dr.^a. Anizia Maria de B. Costa (aniziacosta@rn.gov.br)

Dr. Aldo José Fernandes Ribeiro Dantas (aldojo@ig.com.br)

Dr. Gilberto Inocencio Penha

Dr.^a. Maria Celia Barbosa de Farias (mcelia@rn.gov.br)

Dr. Roberto Pereira (rpereira-roma@cefetrn.br)

Dr. Edilton Carneiro Feitosa (ediltonf@yahoo.com.br)

Dr. Telma Sosts Barroso (telmasosts@rn.gov.br)

Dr. José Braz Diniz Filho (brazdf@digi.com.br; Brazdf@hotmail.com)

Dr. José Maria do Rego (josa@interjato.com.br)

Dr. Marcelo Augusto de Queiroz (ghpcaern@rn.gov.br)

Dr. Wilds Damasio de Oliveira

Dr. Antonio Eduardo G. dos Reis (areis@sede.embrapa.br)

Dr. Maria de Fátima Carlos de Castro (fatimacarlos@rn.gov.br)

Dr. José Ivam Pinheiro (jose.ivam@natal.rn.gov.br)

Dr. Carlos Alberto Martins (cmartins@rn.gov.br)

Dr.^a. Suely Souza Leal de Castro (sslcastro@uol.com.br)

Dr. Elias Alves Teixeira (elias@rn.gov.br)

Dr. Lúcio José Cavalcanti (luciojose@interjato.com.br)
Dr. Júlio de Resende Nesi (julionesi@uol.com.br) (nesi@rn.gov.br)
Dr. Edgard Ramalho Dantas (erdantas@ig.com.br)
Dr. Manoel Lucas Filho (lucas@ct.ufrn.br)
Dr. Edmo Marinho de Figuerêdo
Dr. Gláucio Regino Luz Xavier da Costa (ags@digi.com.br)
Dr. Carlos Magno Bezerra Cortez (carlosmagno@dnpm.gov.br)
Dr.^a. Paula Stein (paulinha_st@hotmail.com)
Dr. Carlos Eugênio C. Castelletti (castelletti@castelletti.com.br)
Dr. João de Deus Santos Filho (joaodeus@petrobras.com.br)
Dr. Urbano Medeiros Lima (urbano.medeiros@natal.rn.gov.br)
Dr. Nelson César Fernandes Santos (nelsoncesio@ig.com.br)
Dr. Ciro Olímpio Cortez Gomes (cirocortez@ibest.com.br)
Dr.^a. Tâmara Maria Soares de Medeiros Cavalcanti (tmssoares@rn.gov.br)
Dr. Arthur Mattos (armattos@ct.ufrn.br)
Dr.^a. Adriana Barroca de Medeiros (a_barroca@hotmail.com)
Dr.^a Sônia Maria Fernandes Wanderley (soniawanderley@rn.gov.br)
Dr. Carlos José de Sousa (cjose@ufrnet.br)
Dr.^a. Jurema Márcia Dantas da Silva (juremadantas@rn.gov.br)
Dr. Jefferson Frederico de O. Freitas (jeffersonfreitas@hotmail.com.br)

RELATOR:

Sebastião Domingos de Oliveira (sebastiao.oliveira@mma.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 09:00h do dia 19 de abril do ano de dois mil e quatro, sob a presidência do Dr. João Carlos Simanke de Souza, procedeu-se à abertura da 33ª Reunião da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. O Presidente cumprimentou a todos e solicitou ao Sr. Secretário de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte, Dr. Josemá de Azevedo, que fizesse seu pronunciamento. O Secretário, Dr. Josemá, deu boas vindas a todos e falou da satisfação do Rio Grande do Norte estar recepcionando os membros da CTAS, em Natal. Ele disse que a Secretaria de Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte - SERHID/RN, consciente do seu papel de gestora da Política de Recursos Hídricos, tem procurado implantar um programa de gerenciamento que levasse o cidadão a refletir sobre a ameaça de exaustão dos aquíferos do Estado do Rio Grande do Norte e o incentivasse a assumir responsabilidades com a preservação desses aquíferos, como forma de garantir para as atuais e futuras gerações as reservas sustentáveis das águas subterrâneas. Informou que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte apoiou o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte - CERH/RN, na criação e instituição da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas do RN. Dr. Josemá destacou a esperança do povo potiguar, quanto às deliberações das reuniões da CTAS, tanto a nacional quanto a estadual, principalmente no que concerne a questão da resolução destinada a promover ações de integração entre a pesquisa e a lavra de águas minerais termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários e a gestão de recursos hídricos. Deixou bem claro o apoio a este trabalho, que segundo ele viria a integrar os órgãos gestores dos recursos hídricos, especialmente na questão da outorga para os novos empreendimentos de água mineral no Estado. Em seguida, Dr. Simanke solicitou que fosse feita a auto apresentação. Foi colocada em discussão a ata da 32ª reunião a qual, após as retificações propostas pela Dr.^a Maria Luiza e Dr. Marcelo foi aprovada. Nos comunicados da presidência, foi solicitado a Dra. Francis que a mesma discorresse sobre o resultado do encaminhamento das sugestões modificativas do art. 17º do PL 1616, que a CTAS havia feito à CTIL. A Dr.^a Francis explicou que a proposta de modificação do art. 17º do PL 1616, apresentado pela CTAS, passou pela CTIL e será encaminhada pela mesma, juntamente com as outras propostas de modificações ao PL 1616, ao plenário do CNRH e posteriormente à Câmara Federal. Ainda sobre os comunicados da Presidência, o Dr. Simanke solicitou ao Dr. Sanderson que fizesse um relato das deliberações do CNRH, a respeito da moção referente ao CT-Hidro e o Dr. Sanderson comunicou que a referida moção foi aprovada. O Dr. Simanke agradeceu a presença do Dr. Edilton Feitosa e o convidou para proferir palestra sobre Atualização de conhecimentos do aquífero Jandaíra, na região de Baraúnas no Rio Grande do Norte. Durante a palestra foram destacados aspectos relevantes sobre os últimos trabalhos desenvolvidos no Aquífero Jandaíra. O Dr. Edilton falou sobre o monitoramento das vazões, o

rebaixamento de nível d'água e a formação do aquífero em questão, explicando que o mesmo apresenta ampla variação litológica, tanto vertical como horizontalmente. Disse que o Aquífero Jandaíra é constituído basicamente de rochas calcáreas e folhelhos, que a circulação de águas ocorre também através de condutos, constituindo um sistema *cárstico*. Destacou ainda a importância da gestão de recursos hídricos, respeitando o uso múltiplo em empreendimentos de agricultura (irrigação), de abastecimento de água e de regularização de vazão, além do monitoramento do freático. Concluiu dizendo sobre a necessidade de uma continuidade das ações do Governo do Estado do Rio Grande do Norte através do monitoramento dos níveis e qualidade da água, criação de um marco regulatório para o uso das águas do Aquífero Jandaíra, através de um monitoramento sistemático e definição de uma rede de observação com cerca de 300 poços, bem como a avaliação da recarga. Após a apresentação do Dr. Edilton, Dr. Simanke convidou o Dr. Marcelo Medeiros, Coordenador do Departamento de Hidrologia da CPRM, para proferir a apresentação: "Serviço Geológico do Brasil – Ações em Águas Subterrâneas". Dr. Marcelo apresentou os resultados do cadastramento de fontes de abastecimento por água subterrânea, executado pela CPRM na região nordeste, e apresentou o Sistema de informações de Águas Subterrâneas (SIAGAS), desenvolvido desde 1997 pela CPRM, que seria um sistema de informações com o objetivo de armazenar, sistematizar e disponibilizar informações sobre águas subterrâneas e dar suporte ao seu gerenciamento. Após a apresentação do Dr. Marcelo, o Dr. Simanke discorreu sobre a proposta de resolução destinada a promover ações de integração entre a pesquisa e a lavra de águas minerais termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários e gestão de recursos hídricos. Dr. Simanke ratificou que o CNRH encaminhará à esfera política uma nova redação do PL 1616 com suas sugestões e que o CONAMA estaria elaborando sugestões para o PL 1616 e outras entidades isoladamente também. Ele afirmou que todos estariam com uma pequena vitória, pois participaram e debateram o assunto democraticamente, conforme ocorre nas reuniões da CTAS há quase dois anos. Discutiu-se especificamente o programa de integração da água mineral e recursos hídricos e a existência de um grupo de trabalho que tenta compatibilizar os procedimentos entre o órgão ambiental, o gestor de recursos hídricos e o detentor do poder de conceder o decreto de lavra para a retirada do minério que neste caso seria a água mineral. Disse que o assunto merece destaque e informou que na Folha de São Paulo, no Caderno de Domingo e no Jornal do RN foram abordados os temas em questão, com declarações dos envolvidos, tanto os mineradores quanto a sociedade. Retomou o relato sobre o GT dizendo que logo após a criação do Grupo de Trabalho de integração de procedimentos de água mineral e recursos hídricos na CTAS o Presidente FHC criou o mesmo grupo de trabalho com a mesma finalidade do GT instituído pela CTAS. Continuou informando que no ano de criação do GT não houve nenhuma reunião. Lembrou a todos os participantes as atribuições da CTAS: propor mecanismos institucionais de integração das águas superficiais e subterrâneas; propor mecanismos de proteção e gerenciamento de água subterrânea, ações mitigadoras e compensatórias; analisar e propor ações visando minimizar e solucionar os eventuais conflitos. Lembrou do conflito latente que está ocorrendo entre a comunidade de São Lourenço e a Nestlé e que se existisse o posicionamento de que o decreto de lavra, concedido no interesse nacional, admitindo que a água mineral não fosse água subterrânea, que ela fosse apenas jazida mineral, bastaria que se aplicasse o princípio do pagamento do CEFEM, permitindo que a empresa faça sua exploração de água mineral até seu esgotamento. Opinou dizendo que a melhor forma seria a de se tentar fazer a perenização do investimento do empreendedor com a Resolução, considerando a água mineral também água subterrânea, e este fato seria bom e preservaria os interesses múltiplos da sociedade. Questionou de quando seria o esgotamento dessa água e respondeu opinando que seria no dia em que o órgão gestor de recursos hídricos, desconsiderando esse minério, passasse a emitir outorga de uso para o empreendedor que quisesse trabalhar com poço de água subterrânea (recurso hídrico) em área próxima, dentro dos limites físicos e legais, ao poço de água mineral. Cenariou situação dizendo que quando o minerador de água mineral fosse reclamar para o órgão gestor dos recursos hídricos, ele provavelmente teria a seguinte resposta: a sua água mineral é minério, quando ela acabar, esgotou. Afirmou que este tipo de procedimento não seria adequado para as partes envolvidas, pois radicalizaria a questão por tratar água subterrânea como um produto ou como um bem que poderia ser utilizada de uma forma e o minério de outra forma. Baseado no conflito apresentado o Dr. Simanke reputou como importante a existência de Grupo de Trabalho, sendo uma atitude extremamente fortalecedora para a gestão das águas subterrâneas. Destacou como contribuição deste GT da CTAS, foi a elaboração das resoluções nº 15, que estabelece as macrodiretrizes para a utilização das águas subterrâneas e a resolução nº 22 que estabelece as diretrizes e fortalece a dominialidade dos estados, que já existe e é constitucional. Ressaltou que isto seria uma forma de fazer com que aquela comunidade que

não se sentisse proprietária dos poços construídos pelo poder público, acabasse abandonando os projetos, mas na hora em que a população se sentisse proprietária daquele bem, ela passaria à compartilhar das diretrizes, não aceitando mais as imposições. Completou dizendo que a população, atualmente, estaria se organizando, discutindo e influenciando nas tomadas de decisões, naquilo que lhes afetam diretamente. Concluindo parabenizou o Dr. Emanuel pela boa condução dos trabalhos no âmbito do GT, cuja discussão foi trazida para dentro da CTAS devido a importância do assunto e opinou sobre o quanto seria produtivo a elaboração de uma resolução deste porte, ainda este ano, mesmo tendo consciência da dificuldade em consensar sobre água subterrânea e uso múltiplo a partir do diálogo que já perdura um bom tempo. Dando prosseguimento, Dr. Simanke abriu a palavra para a discussão do assunto. O representante da ABINAM, Dr. Carlos Pedroza entregou pessoalmente, ofício à CTAS, referente ao Controle de Constitucionalidade acerca dos trabalhos da CTAS. (Anexo 1). Segundo Dr. Carlos Pedroza, o ofício teria como finalidade a preservação dos Direitos, para consignação dos protestos de inconstitucionalidade e/ou ilegalidades das deliberações dos membros participantes, cabendo a apuração de responsabilidades, a bem da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da administração pública, conforme previsto no artigo 37 da Constituição Federal. Dr. Simanke recebeu o ofício e destacou que não seria a primeira vez que estariam tentando intimidar a CTAS. Destacou que a primeira vez ocorrera com o Decreto do Presidente da República e que a CTAS não se intimidou com o fato, mantendo suas atividades e assim continuaria. Dr. Simanke opinou dizendo que acreditava que a CTAS teria a intenção de estar realizando uma integração de procedimentos resguardando os benefícios a todos os interessados. Ratificou que o ofício da ABINAM possuía caráter intimidatório aos membros da CTAS, mesmo que o segmento usuário Indústrias viesse a referendar tal documento. Disse que não acreditava que tal fato viesse a ocorrer, principalmente por considerar uma inversão do real motivo pelo qual a câmara estaria reunida. Segundo Dr. Simanke, a CTAS sempre esteve reunida com a intenção de solucionar problemas e não de criá-los e que os membros representam interesses difusos por vezes conflitantes, mas nem por isso a CTAS poderia ser ameaçada e se manter quieta. Dr. Simanke esclareceu que iria formalizar uma reclamação e solicitar orientação a Secretaria Executiva, a respeito do assunto. Acrescentou, dizendo que a CTAS deveria continuar desenvolvendo seus trabalhos, apesar da posição contrária da ABINAM. Concluiu questionando a respeito da água mineral ser subterrânea ou não. Dr^a. Maria Luiza disse ser água mineral também água subterrânea, citou o texto existente no código de Águas Minerais. Dr. Carlos Pedroza contra-argumentou a Dr^a. Maria Luiza e se manifestou contrariamente a sua colocação, afirmando que no art. 1º do Código de Águas Minerais, as águas minerais seriam aquelas provenientes de fontes naturais ou fontes artificialmente captadas que possuíssem composição química e com propriedades físico-químicas distintas das águas comuns ou características que lhe conferissem ação medicamentosa. Disse que estava havendo alguma confusão e que a Lei de Águas Minerais, de 1945, ainda estaria em vigor. Dr^a. Maria Luiza se desculpou dizendo que realmente havia lido errado e que de fato só naquele momento observou que tratava-se de apenas uma proposta do DNPM para modificação do Código de Águas Minerais, ainda em discussão. Continuando, agradeceu ao Dr. Carlos Pedroza, pela retificação. Durante a reunião, insistentemente, Dr. Carlos Pedroza relembra o fato ocorrido. Ele afirmava que a Dr^a. Maria Luiza tentou induzir os membros da CTAS à acreditar que o Código de Águas Minerais tratava a água mineral como água subterrânea. O impasse perdurou durante razoável período da reunião. Prontamente ocorreu a intervenção do Dr. Luiz Barbosa, que defendeu a Dr^a. Maria Luiza, dizendo que havia sido um equívoco por parte de Dr^a. Maria Luiza, de forma involuntária. Dr. Carlos Pedroza enfatizou que estava sentindo que a condução dos trabalhos avançava a passos largos, com pessoas, não a maioria, que estavam indo além dos limites legais. Em seguida a Dr^a. Priscila questionou o Presidente se o mesmo acataria o ofício da ABINAM, o que de pronto respondeu que sim e tomaria as providências cabíveis posteriormente. Dr. Everton interferiu dizendo que independente de qualquer fato as águas minerais são subterrâneas. Afirmou que qualquer geólogo que estivesse na reunião poderia atestar o fato. Segundo ele, o que estaria havendo era um processo de intimidação aos técnicos da CTAS. Com o que concordou a Dr^a. Vera. Dr. Everton prosseguiu dizendo que todos estavam buscando a integração de procedimentos, e que era evidente a existência de lados opostos defendendo seus espaços, mas que existia uma intenção maior de integrar os procedimentos. Lembrou que se não houvesse a necessidade de se aprimorar as normas existentes não precisaria de novas discussões, bem como resoluções. Também afirmou que o processo de intimidação que a ABINAM estava conduzindo era errado e que a forma com que a mesma estaria se referindo aos técnicos da CTAS não procedia. Dr. Pedroza replicou, dizendo: "intimidação era afirmar que está certo, um texto errado". Dr. Everton retomou dizendo: "se o senhor está nos acusando de imoralidade o senhor também

está sujeito a sanções judiciais e tudo mais”. Em seguida Dr^a. Vera lembrou que já havia assistido muitas discussões calorosas, que Dr. Emanuel coordenou muito bem essas discussões e o Dr. Luis, também sabe disso, nos conhece muito bem e foi o primeiro a falar sobre equívoco que a nossa colega cometeu. Ela também se sentia, infelizmente, intimidada. Sobre a questão de ser água mineral água subterrânea ou não, o Dr. Luiz se posicionou dizendo que a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal divide suas atividades em duas diretorias: água subterrânea e água superficial. Quando o requerimento é licenciamento, dependendo da urgência, é tratado como assunto de água superficial. Ele não sabe até que ponto isso realmente é uma hipótese ou uma tese, essa questão de considerar água subterrânea como essencialmente mineral, ele particularmente confessa que não tem segurança, como profissional, de afirmar que água mineral necessariamente é uma água subterrânea. Dr. Emanuel disse, que da parte da União não se fez nada que ferisse a legislação e que a definição que é válida sobre água mineral é exatamente o que está no código de águas minerais porque qualquer intervenção jurídica que houver será com base nele. Dr. Emanuel relatou ainda que o grupo de trabalho que fez a proposta de resolução que está sendo discutida, também esbarrou nesse mesmo conceito. O grupo considerou que toda água mineral seria obrigatoriamente subterrânea e aí houve as contestações e uma das contestações é que a água mineral não é obrigatoriamente água subterrânea. Dr. Carlos Magno citou que hoje em dia estão explorando água de lago profundo com estabilidade química e que seria uma água mineral, mesmo sendo água de lago e água de degelo, citou então a água da Evian, que é uma água de descongelamento. Dr. Carlos Magno afirmou que a água mineral da Coca-cola no Chile, que é de degelo dos Andes, também é água mineral e não seria subterrânea. Dr. Everton se posicionou dizendo que o tom conciliatório, que o Dr. Simanke usou, objetiva resolver esse tipo de problema, unificando procedimentos e é só isso que está se buscando. Dr. Arthur se posicionou como professor de hidrologia e disse que água mineral, sendo necessariamente água que vem de um aquífero sem alterar propriedades naturais, é por bem água subterrânea e se tem uma água mineral superficial e alguém quer que ela seja mineral, que se peça concessão para liberar, à quem é de direito. Agora, segundo ele, não tem que se colocar um artigo na resolução dizendo: água mineral é água subterrânea, mas existe água superficial que é mineral. Segundo Dr. Arthur isto é um problema de quem quiser provar que água superficial não faz parte dessa proposta e que o conjunto das coisas na resolução está claro, e finalmente o que importa para o Dr. Arthur é que a CTAS está definindo água mineral, como água subterrânea. Dr. Simanke esclareceu que a intenção não é separar a gestão de água subterrânea de água superficial. Dr.^a Francis considerando o caminho que a discussão estava tomando, fez um encaminhamento no sentido de se discutir a resolução a partir do Art. 6º, haja visto que até o art. 5º, segundo ela, já haviam sido discutidos todos os itens, portanto não caberia naquele momento retornar à discussão dos mesmos e que se fosse necessário retornar à discussões dos artigos já discutidos, que isto fosse feito posteriormente e não naquele momento. Dr. Emanuel se posicionou contrário ao encaminhamento da Dr.^a. Francis e disse que deveriam voltar a discutir a resolução desde o início, porque houve a apresentação de novas propostas, tais como a da FOCAS e a da ABINAM. Em um determinado momento Dr. Carlos Pedroza discorreu sobre o “Princípio do Contrário do Troca” onde ele argumentou que quando a ABINAM apresentou uma proposta e a câmara à acolhera e que naquela reunião, por interesses ocultos, iriam começar a discutir a resolução a partir do art.6º. Solicitou, portanto, que se comesse a discutir a resolução à partir do início. Considerando que não houve consenso, sobre a forma de condução dos trabalhos daquele momento em diante, Dr. Simanke encaminhou para votação a proposta da Dr.^a Francis e a do Dr. Emanuel. A proposta vencedora, contando com dez votos a favor e três contra, foi a da Dr.^a. Francis, qual seja: continuar os trabalhos a partir do Art. 6º da proposta de resolução. Ao iniciar as discussões a respeito do art. 6º da resolução houve uma polêmica na questão de deixar ou não no artigo a palavra “autorização”, trocando-a por “manifestação”, esse assunto perdurou por um bom tempo, com posições bem argumentadas pelos membros e convidados. Dr. Sanderson solicitou ao Presidente que não desse a palavra às pessoas que, porventura, quisessem tumultuar o bom andamento dos trabalhos. Dr. Emanuel, falou em nome do DNPM e disse que estava na 33ª reunião da CTAS para buscar o entendimento e não a disputa de poder. Segundo Dr. Emanuel, lamentavelmente, estavam caminhando para uma disputa de poder, situação que o MME não iria aceitar. Antecipadamente ele disse ser também uma posição da jurídica do DNPM e do MME e que enquanto houvesse possibilidade de integração de procedimentos eles participariam e que não concordariam com disputa de poder, porque trata-se de um estatuto infra legal e que não tem condições de ser receptivo. Dr. Elcio ao tecer comentários a respeito dos trabalhos de elaboração da proposta de resolução, que estão sendo desenvolvidos pela CTAS, disse que a proposta de resolução encontra resistência da ABINAM e de técnicos que

trabalham no DNPM, que querem que a situação continue do jeito em que está, considerando que está muito bom. No fundo, a resolução, segundo Dr. Elcio, era uma garantia a mais para o empreendedor, que por sua vez acha que a resolução está errada. Dr. Simanke interferiu dizendo que a ABINAM têm uma interpretação que não é a mesma do Dr. Elcio. Dr. Elcio fala que isto é um problema da ABINAM, porque a interpretação dele é diferente. Ele afirma que no primeiro texto original que a CTAS montou esbarrava na concessão de lavra e que existia apenas um parecer, uma observação, que quando se verifica que para haver o gerenciamento deveria ter a outorga, mas conforme o §16 a outorga de água mineral será regida por legislação específica. Indagou ainda se tudo isto era problema de abastecimento e disse que não sabia o porque que os membros da CTAS foram tão agredidos naquela reunião, disse que não tinha sentido falarem que os membros da CTAS ficaram a noite inteira para poder combinar alguma coisa. Segundo ele, ninguém tem que combinar nada. Classificou-se como órgão gestor e afirmou que o usuário ABINAM é tratado como qualquer outro usuário. Dr. Carlos Pedroza disse que gostaria de saber o que o Dr. Elcio havia dito anteriormente a respeito da sua pessoa. O Dr. Elcio respondeu dizendo que se ele quisesse saber com detalhes, que requisitasse as fitas da reunião à presidência da CTAS. E continuou dizendo que a pergunta dele era: qual a contribuição efetiva que o Dr. Carlos Pedroza trouxe da ABINAM para que fosse criada uma resolução?. Dr. Carlos Pedroza pediu a palavra e disse: "em primeiro lugar, eu estava fora da sala e fui buscado pelo presidente da região nordeste da ABINAM, dizendo que a voz do senhor era para que eu me calasse. O senhor ratifica isso ou o senhor se retrata.?" Dr. Elcio, responde: O que eu disse é o seguinte: ... O Dr. Carlos voltou a perguntar: "O senhor mandou eu ficar quieto ou não?" o Dr. Elcio, respondeu: "Não. Eu disse o seguinte: se eu fosse presidente.... Dr. Carlos Pedroza, não o deixou concluir e falou: "Considerando que o senhor não tenha falado isso, vou lhe lembrar que o Senhor falou isso ontem e foi lamentavelmente ratificada a sua afirmativa pelo representante do MCT, então no primeiro momento, no exercício da democracia, já lhe digo que o senhor falou num tom professoral e que o senhor está ferindo o meu exercício do direito como advogado e por exercício do contraditórioe trago as minhas considerações como o fiz documentalmente, faço o meu exercício de advogado e se o senhor não conhece a lei, deveria conhecê-la, não sob o pretexto que o senhor fala, que o senhor é técnico, porque ninguém pode ignorar o texto de lei, por outro lado eu falo aqui e critico as questões sob os limites da legalidade, melhor dizendo, o senhor está propondo legislar por intermédio de resolução se o senhor tiver este ânimo de legislar, sugiro que o senhor busque uma vaga no Congresso Nacional. Talvez enriqueça a nossa nação, nobres cabeças como a sua. Quanto à sua pergunta, me parece que o que ficou claro foi que o Dr. Emanuel disse: é briga de poder, há interesses aqui que mostram literalmente que estão querendo puxar a sardinha para sua brasa, sem amparo legal e lembro os senhores que lamentavelmente houve uma indução nesta mesa aqui, que se não houvesse uma fiscalização, lamentavelmente pelas suas palavras, minha, o texto que foi dito em voz alta e clara ratificado pela sua colega Francis; este texto era um texto de um projeto de lei, mais uma vez os senhores quiseram fazer de um projeto de lei uma lei em vigor. Então estas questões machucam, para nós operadores do direito. A indústria de águas minerais é uma indústria que trabalha no estrito limite da legalidade, que eu conheço bem, e os senhores conhecem a ABINAM, que busca levar o produto da melhor condição para o mercado consumidor, e antecipo que os senhores devam saber, que temos convênio com NSF, com a comunidade européia e participamos de toda a legislação internacional, então, nós não estamos aqui, como o senhor quer afirmar, para falar balelas. A minha contribuição aqui foi muitas vezes colocar um freio nos ânimos dos senhores. Talvez, querendo buscar uma situação melhor, que a lei não permite, nós temos um sistema jurídico, que nós temos que respeitá-lo. Se nós não gostamos do sistema jurídico do jeito que está, existe o exercício da democracia para trabalhar o projeto de lei, dentro do Congresso Nacional e mediante a votação e em um procedimento legislativo conseguirmos mudar a lei, mas não nesta casa. Com todo respeito que devo a todos os senhores, a minha intenção aqui foi colocar para os senhores que há limites e que não há condições de recursos hídricos entrar no campo da água mineral, não é por que é minha vontade, é porque está na lei, senhores, é simplesmente por isso. Desculpe, se no calor da discussão, eu trouxe um tom a certas situações que gritavam ao meu ouvido, por que eram inconstitucionais, são inconstitucionais. É essa minha colocação. Por isso que muitas vezes as discussões ficaram no campo das inflamações, mas em nenhum momento no calor da discussão fui, senão, buscar o melhor aspecto da legalidade, então realmente eu refuto as colocações do senhor e lhe digo mais, eu pedi para consignar em ata, porque realmente o senhor pediu para eu me calar e como advogado....," Dr. Elcio ponderou, "eu não pedi para o senhor se calar, eu disse o seguinte: se eu fosse presidente da mesa " Dr. Carlos Pedroza não permitiu que o Dr. Elcio se pronunciasse e concluiu sua fala, solicitando

ao Dr. Simanke: “como cidadão e representando a entidade de classe com maior interesse neste trabalho cujo objetivo é a gestão de recursos hídricos com água mineral, trazer questão de nulidade procedimental por votação da mesma, quando discutiu-se um projeto, por sugestão da mesa, da metade para cima e da metade para baixo, não se discutiu, a pretexto de que será discutido posteriormente, eu não concordo, porque os textos deveriam ser debatidos na ordem crescente, do primeiro ao último . Por isso, gostaria de ficar consignado, o meu pedido de nulidade da reunião ocorrida na data de ontem e evidentemente, por consequência, na data de hoje”. Dr. Simanke disse que não tinha sentido anular a reunião, uma vez que as divergências não se acabam facilmente e que teremos próximas reuniões onde serão debatidos os assuntos democraticamente. Dr. Simanke, nos comentários finais, disse que a discussão ocorrida durante a reunião, no que tange à resolução sobre integração de procedimentos de águas minerais e recursos hídricos , evidenciou a não concordância do representante da ABINAM com o texto da resolução proposta em questão. Isto está evidenciado através do ofício, encaminhado ao presidente da CTAS pelo representante da ABINAM. Cabe ressaltar que a discussão do tema evidenciou a necessidade de se melhorar o nível das discussões para que de fato se chegue a uma integração de procedimentos e não a um enfrentamento pelo poder. Finalizou agradecendo a presença de todos e em especial a Dr.^a. Vera Castro, da SERHID/RN por ter acolhido a CTAS em NATAL e por ter dado todo apoio à realização da 33ª reunião. Reforçou que a próxima reunião da CTAS será no dia 12 de maio de 2004 em Brasília/DF. Nada mais havendo a tratar o Presidente deu por encerrada a reunião

Ata aprovada na 34ª reunião, realizada em 12 de maio de 2004.

João Carlos Simanke de Souza
Presidente

Sebastião Domingos de Oliveira
Relator